

**Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**Reflexões acerca da participação popular na República Romana: a
contribuição da multidisciplinaridade**

Gisele Oliveira Ayres Barbosa*

Resumo: A República Romana era uma democracia na qual o poder era exercido pelos cidadãos que realmente iam escutar os discursos e votar ou um governo dominado pela aristocracia como tem sido dito há um longo tempo? O objetivo deste trabalho é apresentar algumas das mais recentes teorias que os autores têm elaborado para responder a esta pergunta e como outras disciplinas como a Arqueologia, a Topografia e a Sociologia vêm ajudando os historiadores em seus estudos.

Palavras-chave: República Romana, política, participação popular

Abstract: Was the Roman Republic a democracy in which power was exercised by the citizens who actually came to listen the speeches and vote or a government dominated by the aristocracy how it has been said for a long time? The aim of this work is to present some of the most recent theories authors have elaborated to answer this question and how other disciplines like Archeology, Topography and Sociology have been helping the historians in their studies.

Keywords: Roman Republic, politics, popular participation

Este trabalho tem como objetivo apresentar um breve retrospecto das discussões recentes acerca da participação popular no governo da República Romana e mostrar como a multidisciplinaridade, constantemente presente no estudo das sociedades antigas, vem contribuindo para estes estudos.

O debate ganhou novo fôlego a partir do final do século XX e vem tendo prosseguimento neste início de século XXI com a publicação de novas obras as quais apresentam interpretações variadas sobre o tema.

A Arqueologia, a Topografia, a Numismática, a Ciência Política e a Sociologia entre outras, aliadas a um olhar historiográfico mais atento às fontes de cultura material vêm contribuindo para ajudar a desvendar o intrincado jogo da política romana do final da República. A importância desta multidisciplinaridade reside principalmente na limitação das fontes escritas que possuímos sobre o período. Diz-se frequentemente que o final da República Romana é bem servido em termos de documentação, mas isto é apenas

* Mestre em História Social pela UFRJ, professora de História Antiga na USS e UGB e 1ª Secretária do IHGV

parcialmente verdadeiro, pois quase a totalidade das fontes escritas que possuímos são provenientes da elite. Os outros atores que compunham o cenário político não nos deixaram seu testemunho, o que faz com que o estudo do período a partir de fontes exclusivamente literárias seja de certa forma limitador. Contudo, estas fontes serviram de base para o trabalho dos historiadores durante muito tempo.

Já no fim do século XIX, Mommsen destacava as três principais instituições políticas romanas – Senado, magistratura e comícios – e os dois partidos que se opunham, *optimates* e *populares* (MOMMSEN: 1962). O poderoso Senado era principalmente um órgão consultivo que cuidava da política externa romana, o que era muito, pois Roma vivia o apogeu de seu movimento expansionista; os magistrados eleitos geralmente por um ano dividiam entre si o “poder executivo” e os comícios (assembléias) votavam as leis, elegiam os ditos magistrados e julgavam crimes de Estado. Pela sua força, os senadores e suas famílias tinham papel destacado na vida política romana e compunham o grupo conhecido como “aristocracia senatorial”, “partido senatorial” ou *optimates* (os “ótimos”, como eles mesmos se intitulavam). A imensa oposição formava o “partido popular” que, apesar do nome, não possuía uma composição uniforme nem um programa estabelecido e menos ainda uma organização partidária definida.

Estudos posteriores aos de Mommsen, contudo, ainda nas primeiras décadas do século XX, passaram a contestar a existência de partidos políticos organizados, destacando o supremo controle da aristocracia sobre as instituições políticas romanas (GELZER, 1912; MUNZER, 1920. Op. Cit. MILLAR, 1998). A partir daí, a visão de uma República dominada por um grupo de aristocratas corruptos e ávidos pela manutenção de seu poder, cuja ambição crescia ao mesmo tempo em que se ampliavam as fronteiras do território romano, foi a que predominou durante todo o século XX. Na base destas relações e atuando como elemento explicador das mesmas estavam os tradicionais laços romanos de patronato e clientela aplicados a uma nova ordem política e social.

Por volta de 1950, a inglesa Lily Ross-Taylor publicou uma série de trabalhos nos quais estudava as instituições de governo (mais particularmente as assembléias) e o comportamento político romano do final da República. Para tal, confrontava fontes escritas com referências arqueológicas, topográficas e geográficas mostrando, por exemplo, como a repartição geográfica das assembléias afetava o caráter e o desempenho das mesmas (ROSS-TAYLOR, 1977: 58).

A obra de Ross-Taylor fornece esclarecedoras informações acerca do funcionamento das assembléias e do papel da oposição, mas mantém a visão de uma

República dominada por uma elite, a aristocracia senatorial, e mergulhada numa desorganização partidária. Todos os grandes chefes políticos, fossem *optimates* ou *populares* provinham da aristocracia sendo que, enquanto os primeiros trabalhavam para manter a oligarquia, os segundos queriam o estabelecimento de um poder pessoal mas nenhum dos dois eram legítimos representantes do povo (ROSS-TAYLOR, 1977:58).

Em 1998, o inglês Fergus Millar, em sua obra intitulada *The Crowd in Rome in the Late Republic* causou polêmica ao apresentar sua interpretação inovadora sobre tema. Millar destacou o caráter democrático da República Romana na qual, segundo ele, o povo tinha um papel importante e uma influência institucionalmente incorporada através de sua participação nas assembleias (MILLAR, 1998:35). Com base na análise dos discursos dos líderes políticos, defendia a idéia da existência de uma genuína preocupação com a opinião pública e de um voto competente para avaliar as complexas questões concernentes a objetivos políticos específicos e aos princípios constitucionais republicanos do governo (MILLAR, 1998: 101-105). A tão falada corrupção e compra de votos ao invés de depor contra, sustentaria esta hipótese, pois só se tenta obter votos a qualquer preço num regime em que efetivamente o voto tem valor. As idéias de Millar foram determinantes para suscitar um debate, ainda em andamento, sobre o caráter democrático ou não da República Romana no qual se pergunta se o povo tinha um poder efetivo ou se era marginalizado pela elite, como sempre se acreditou.

Entre os principais críticos de Millar estão o inglês Henrik Mouritsen, o americano Robert Morstein-Marx e o alemão Karl Joachim Hölkeskamp.

Dentro do tema proposto para este Simpósio, *A Multidisciplinaridade no Estudo das Sociedades da Antigüidade: Pesquisas, Territórios e Deslocamentos*, procuraremos a seguir mostrar como os três autores acima citados utilizam a multidisciplinaridade no desenvolvimento de seus trabalhos a fim de fundamentar suas posições a respeito da participação popular na República Romana.

Mouritsen publicou em 2001 a obra intitulada *Plebs and Politics in Late Republican Rome* na qual contesta a visão de uma República democrática defendida por Millar. Afirma que, embora o potencial democrático das assembleias fosse grande, este nunca foi exercido em sua plenitude. Fundamenta sua tese principalmente no estudo do funcionamento das assembleias. Com base em dados arqueológicos e topográficos, analisa a localização, o espaço físico, a estrutura e o número de assentos dos comícios na tentativa de determinar quantos votantes cabiam em cada lugar. Os números que obtém – ainda que reconhecidamente impossíveis de serem apurados com exatidão – são para ele insignificantes

se comparados à população da Cidade de Roma¹ cuja maioria vivia na indiferença política a qual beneficiava e era alimentada pela elite (MOURITSEN, 2001: 41). Conclui assim que havia um contraste marcante entre o potencial democrático destas instituições e seu formato limitado o qual, na realidade excluía as massas que elas formalmente apresentavam (MOURITSEN, 2001: 37).

Na esteira desta discussão acerca do verdadeiro caráter do Estado Romano está a obra de Robert Morstein-Marx, intitulada *Mass Oratory and Political Power in Late Roman Republic*, publicada em 2004. Morstein-Marx também não comunga com a idéia defendida por Millar de uma República Romana democrática em cujo centro estavam os comícios, mas por outras razões que não as defendidas por Mouritsen. Ao contrário deste, que se fixa no funcionamento dos comícios, Morstein-Marx enfoca os discursos dos políticos proferidos nas *contio*² e em como esta fala influenciava na distribuição do poder entre o povo e o Senado. A não participação popular não era resultado da indiferença política, mas do fato de o cidadão comum não ter acesso a certo tipo de informação o que limitava sua atuação política. Não havia educação política formal, apenas informal e em consequência disso o nível de conhecimento político do povo era a memória de longo prazo e as informações passadas pelos oradores se tornavam, assim, de importância vital (MORSTEIN-MARX, 2004: 70-71). Este “monopólio” de informações se constata pelo fato de que nos comícios não havia um debate real entre os presentes: às vezes ocorria um conflito, mas não um debate (MORSTEIN-MARX, 2004: 37).

A importância da informação não estava só no desenrolar dos comícios, mas começava antes, na própria convocação, pois apenas o interesse garantia o comparecimento da audiência e os mecanismos de convocação faziam com que não fossem todos que pudessem estar presentes (MORSTEIN-MARX, 2004 :41). Na análise desta informação, o autor dedica especial atenção ao espaço físico onde se reuniam as assembléias, aos monumentos e as moedas. Esmiúças as evidências arqueológicas, numismáticas e literárias para visualizar o Rostra e outros locais de encontro associados às *contio* para determinar a medida em que a localização física de uma *contio* pode ter influenciado a oratória praticada no local e sua percepção pela multidão. Acredita por exemplo que a “elevação dos oradores”

¹No *Comitium*, primeiro local de votação, cabiam 3600-3800 pessoas; no *Fórum* cabiam 10.000 pessoas o que não queria dizer que fossem 10.000 votantes até porque o local era também o centro comercial de Roma; o *Septa* podia acomodar cerca de 70.000 votantes, mas as evidências literárias acerca do comparecimento efetivo levam à conclusão que mesmo em assembléias eleitorais raramente se atingia um número acima de 10.000 (MOURITSEN, 2001: 33-37).

² Assembléias não eleitorais dos cidadãos romanos as quais serviam para anunciar as novidades políticas advindas do Senado, sugerir mudanças na legislação e preparar julgamentos.

(como no Rostra) em relação à audiência reflete e certamente ajuda a construir uma hierarquia política (MORSTEIN-MARX, 2004: 51) e sugere que os variados locais de realização das “contio” eram espaços ideologicamente contestados no qual ocorriam polêmicas muito significativas que provavelmente moldaram politicamente os cidadãos romanos, mas as quais não podem ser precisamente definidas (MORSTEIN-MARX, 2004: 57). Outro exemplo está na estrutura do *Forum* central: seu formato inclinado, cuja área inferior o orador tinha que cobrir com sua voz e gestos, deve ter tido uma influência decisiva no estilo da oratória que se praticava naquele lugar (MORSTEIN-MARX, 2004: 271-272).

Quanto à análise das moedas e monumentos, Morstein-Marx os encara como um veículo de difusão da História Política Romana entre o povo principalmente pelas imagens sofisticadas e citações contidas nos *denarii*. Muitas destas imagens eram manifestadamente populares, o que fazia da cunhagem um instrumento de propaganda política junto ao eleitorado (MORSTEIN-MARX, 2004: 84-86).

Ainda que reconheçamos o peso desta informação, não se pode deixar de considerar que as inscrições as quais em muitos casos eram cruciais para o entendimento das imagens não significavam nada para a parte iletrada da plebe e portando acabavam se dirigindo exclusivamente aos nobres (KORENJAK, 2004).

A terceira interpretação que apresentaremos acerca do papel do povo na República Romana é a do alemão Karl-Joachim Hölkeskamp contida em seu livro publicado também em 2004, *Rekonstruktionen einer Republik*.

A análise de Hölkeskamp está centrada na aristocracia, seu comportamento e seus valores e a disciplina que o auxilia nesta análise é a Sociologia. Para explicar a ação dos *optimates* o autor recorre a uma interpretação sociológica: dentro da hierarquia desta aristocracia não hereditária a competitividade era um elemento necessário para que esta funcionasse efetivamente como um grupo. O que estava em disputa nesse caso era a ascendência sobre o *populus romanus*, pois o apoio dos aristocratas rivais ou associados a eles estava fora de questão. Assim, os comícios eram a oportunidade de os aristocratas se promoverem diante do povo e não o indicativo de uma cultura política democrática, conforme Millar sugere. Pelo contrário, teriam um papel importante na manutenção e reprodução de uma cultura política aristocrática, pois atuavam como elemento inferior na hierarquia da comunicação. O consenso aristocrático acerca da tradição coletiva que representavam como os “melhores” fazia com que mesmo aqueles arruinados financeiramente mantivessem suas posições ainda que precariamente (HÖLKESKAMP, 2004).

A leitura dos autores acima citados nos deixa claro a inexistência de um consenso acerca da importância da participação do povo na República Romana. Traçar um panorama completo e acabado da política da República Romana é uma tarefa inviável assim como o é pretender esgotar seu entendimento mas, por outro lado, é inegável que os estudiosos da civilização romana em geral e do regime republicano da Cidade em particular possuem hoje à disposição um número muito maior de informações do que possuíam até em pouco tempo atrás. Grande parte destas informações foram obtidas, conforme já foi dito, através de estudos multidisciplinares aplicados à História e algumas destas interpretações variadas acabam por ser visões diferentes de uma mesmo quadro que, às vezes, ao invés de se excluírem, se complementam.

O debate ainda em andamento se encontra aberto a novas contribuições. Uma fonte de cultura material não analisada pelos autores anteriormente citados, mas que, em nosso entendimento merece ser considerada quando se trata da participação dos romanos na vida política são as inscrições parietais encontradas em Pompéia. Os “cartazes eleitorais” inscritos nas paredes demonstram a importância da opinião pública e a presença da política no cotidiano daquelas populações. Na análise destas inscrições, Pedro Paulo Funari (1997) lembra que entre os propugnadores destas candidaturas há referências a cocheiros, fruteiros e galinheiros entre outros. Ainda que essas inscrições fossem patrocinadas por membros da elite a simples citação destas figuras demonstra que as mesmas faziam parte de um espaço público e eram aceitas como supostos autores de discursos públicos (FUNARI, 1997).

O assunto chama a atenção e motiva pela atualidade do tema e pela possibilidade de estabelecimento de um diálogo passado-presente. Roma era democrática? Uma pergunta de tal complexidade não admite uma resposta única e acabada. Talvez tenha existido uma democracia romana imperfeita assim como eram imperfeitos os homens que a construíram. Um olhar atento sobre os limites democráticos das sociedades clássicas capacita os contemporâneos a um olhar também mais atento sobre os atuais regimes e governos. A colocação de Morstein-Marx no quinto capítulo de sua obra de que não havia uma verdadeira democracia, pois não havia oportunidade de um debate ideológico real entre os votantes antes do voto (às vezes, havia um conflito, mas não um debate) soa pelo menos curiosa ao pensar em quantas vezes utiliza-se o mesmo argumento – ausência de consciência e discussão política – para minimizar regimes democráticos da atualidade. A leitura das obras permite notar como as experiências próprias dos autores com seus regimes de governo estão presentes

nos estudos³ estabelecendo uma ligação curiosa entre sociedades modernas e antigas tão distantes no tempo e no espaço, mas ao mesmo tempo tão próximas pelas influências que legaram. Em termos de estudos de Antigüidade no Brasil, com certeza, também há muito que contribuir a partir de vivências políticas próprias em um trabalho que ainda está por ser realizado.

Referências Bibliográficas:

CORASSIN, Maria Luiza. **Sociedade e Política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual: 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Propaganda, Oralidade e Escrita em Pompéia*. In: **História**, São Paulo, 17/18, 198/1999. São Paulo: IX Reunião da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, set-1997. Pp. 115-126.

GRUEN, Ernest. **The Last Generation of the Republic**. Berkely: Los Angeles, 1974.

KORENJAK, Martin. Review of MORSTEIN-MARX, Robert. **Mass Oratoy and Political Power in the Late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MORSTEIN-MARX, Robert. **Mass Oratoy and Political Power in the Late Roman Republic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

MOURITSEN, Henrik. **Plebs and Politics in Late Republican Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MOMMSEN, Theodor. **História de Roma**. Tradução de Antônio Olinto. Rio de Janeiro: Delta, 1962.

MILLAR, Fergus. **The Crowd n Rome in the Late Republic**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

O'NEIL, Peter. Review of HÖLKESKAMP, Karl-Joachim, **Rekonstruktionen einer Republik**. Munich: Oldenblourg, 2004.

ROSS-TAYLOR, Lily. **La politique et les parties à Rome au temps de Cesar**. Paris: François Maspero, 1977.

_____. **Roman Voting Assembleies from the Hannibalic War to the Dictatorship of Ceaser**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1966.

³ Morstein-Marx faz referências às democracias inglesas e norte-americanas (MORSTEIN-MARX, 2001: 228-229); Hölkeskamp alerta que o debate acerca da República Romana é internacional e conclui seu livro celebrando a modernidade da História Antiga como disciplina (HÖLKESKAMP, 2004:114)